



Fatos X Opiniões: a linguagem jornalística nas mídias legislativas da Câmara dos Deputados brasileira

Cristiane Brum Bernardes

Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOR) da Câmara dos Deputados, Brazil

E-mail: cris.brum@gmail.com

ESTE artigo tem como objetivo principal refletir sobre as características da linguagem jornalística adotada nos veículos de comunicação mantidos pela Câmara dos Deputados do Brasil¹. A casa legislativa federal mantém uma complexa estrutura de comunicação², com ações de relações públicas, comunicação institucional e também atividades jornalísticas de cobertura dos trabalhos legislativos. Essa cobertura, realizada por jornalistas contratados pela própria instituição, é veiculada em quatro mídias mantidas pela casa: TV Câmara, Rádio Câmara, Jornal da Câmara e Agência Câmara (veículo de transmissão pela internet)³.

Em especial, o foco da análise é a adoção de critérios de noticiabilidade clássicos do jornalismo em veículos destinados à cobertura das atividades políticas do Legislativo. Essa estratégia, ao mesmo tempo em que visa conferir credibilidade às mídias legislativas e separar as atividades jornalísticas nelas realizadas das ações de relações públicas desenvolvidas pela instituição, cria dificuldades para a formatação das notícias sobre a Câmara nesses veículos.

1. O Poder Legislativo Federal brasileiro, ou Congresso Nacional, é bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. Ambas as casas legislativas têm complexas estruturas de comunicação compostas por veículos escritos e eletrônicos.

2. Uma análise detalhada das mídias mantidas pela Câmara dos Deputados foi realizada na Tese de Doutorado em Ciência Política da autora, defendida junto ao IESP/UERJ em 2010. Este artigo é uma versão do item “3.3 A linguagem jornalística da mídia legislative”.

3. No Brasil, o jornalista contratado por órgãos do governo não perde seu estatuto profissional, ainda que muitos estudiosos e profissionais defendam que não há possibilidade de realizar jornalismo nas mídias mantidas por instituições, sejam privadas ou estatais. Adotamos, neste artigo, o conceito de “Mídias das Fontes”, desenvolvido por Sant’Anna. Segundo essa concepção, as instituições deixam de ser apenas fontes das mídias comerciais e passam a organizar veículos próprios de comunicação para efetivar um contato direto com o público. Essas mídias, além da óbvia comunicação institucional, também realizam jornalismo em muitas situações.

Ao invés dos fatos, boa parte da produção noticiosa dessas mídias tem como objeto declarações e a simples expressão de opiniões dos atores políticos.

Não é intenção desta autora afirmar que atos de fala não constituem fatos políticos ou que as demais mídias não noticiem esse tipo de ação política. Sabemos que o jornalismo declarativo, isto é, aquele baseado apenas em declarações das fontes, é cada vez mais comum, e não apenas no Brasil. E seu uso é intensificado no noticiário político, caracterizado por debates verbais entre diferentes posições políticas. Entretanto, as mídias legislativas, por sua própria constituição estrutural como veículos mantidos pelo órgão estatal que é o Parlamento, dão ênfase especial a este tipo de ação em seus critérios de noticiabilidade.

Outro ponto interessante desta reflexão é a percepção de que há uma interdição da opinião dos jornalistas que atuam nesses veículos e a adoção de um estilo de texto que pretende alcançar a objetividade. O comentário político, tão comum nas mídias comerciais e mesmo alternativas, não é permitido aos jornalistas das mídias legislativas. As explicações para essa proibição variam, mas temos algumas hipóteses que parecem justificá-la.

As características da linguagem jornalística adotada nos veículos de comunicação da Câmara dos Deputados do Brasil, portanto, constituem o tema deste artigo. Antes de detalharmos como elas aparecem empiricamente, é preciso explicar a forma de obtenção dos dados. Uma observação-participante foi realizada pela autora nas quatro mídias legislativas da Câmara entre os anos de 2007 e 2009, complementada pela realização de 43 entrevistas com os profissionais que atuam nesses veículos, fonte das declarações que aparecem ao longo do texto. Assim, a observação dos processos de produção e da adoção dos critérios de noticiabilidade pode ser conduzida com a profundidade necessária para a descrição e reflexão sobre as práticas jornalísticas adotadas nas mídias legislativas.

Simplificação como estratégia

Para muitos autores, os meios de comunicação interferem diretamente nas próprias regras do jogo político (Lima, 2001; Miguel, 2002). Para Lima, a mídia não apenas substitui os partidos durante as eleições, mas em uma série de outras funções, como a definição dos temas relevantes na discussão pública

e a canalização das demandas dos eleitores em relação aos governos, entre outras (2001, p.191). Já Miguel (2002) afirma que os políticos adaptam o próprio discurso à linguagem da mídia na busca por mais visibilidade, ou seja, deixam o discurso mais superficial, difuso, panorâmico e inespecífico – não sabem exatamente a quem estão se dirigindo. Personalização dos embates políticos, fragmentação do discurso, diluição das ideias são as características que ele aponta.

Essa argumentação é bastante similar a de Aldé (2004), que identifica no discurso da mídia sobre a política três tendências principais: 1) centralização da produção jornalística nos mecanismos cognitivos da essência dos fatos; 2) estatuto visual da política; 3) personalização (Aldé, 2004, p.175). Assim, eleitores e políticos são personalizados, retirados do contexto social e inseridos em estruturas narrativas que os enquadram como personagens de conflitos específicos. Por sua vez, os conflitos são reduzidos a questões práticas, com lados facilmente identificáveis pelos leitores. Ganham força as imagens que identificam os políticos como personagens de conflitos eleitorais ou com a lei, assim como os eleitores acabam individualizados em exemplos que não são representativos do conjunto da população, mas têm o poder simbólico de retratar situações concretas de vida.

Em resumo, podemos dizer que a operação discursiva do jornalismo realiza uma “simplificação” da realidade social, conceito que tem origem nos processos de “vulgarização” verificados por Morin na década de 1960 (1984, p.54). Segundo o autor, simplificação, maniqueização, modernização e atualização são os quatro processos elementares de vulgarização⁴. Para Morin, o processo de simplificação, observado, por exemplo, na adaptação de obras literárias para o cinema, consiste na “esquematisação da intriga, redução do número de personagens, redução dos caracteres a uma psicologia clara, eliminação do que poderia ser dificilmente inteligível para a massa de trabalhadores” (Morin, 1984, p.54). Imagem e estrutura narrativa fazem parte da estratégia da

4. Para Charaudeau, contudo, tanto o discurso midiático quanto o didático realizam a vulgarização, que consiste em “colocar uma verdade em evidência num quadro de inteligibilidade acessível a um grande número de indivíduos” (Charaudeau, 2007, p.62). Segundo o autor, toda vulgarização é “deformante”, pois implica em explicações baseadas em “esquemas de raciocínio simples, ou mesmo simplistas, saberes amplamente compartilhados (lugares-comuns, estereótipos) que pouco têm a ver com o que norteou a explicação original, técnica ou especializada” (2007, p.62). Mas, além disso, a simplificação midiática, ao contrário da didática, tem uma intenção “dramatizadora”, para atrair a atenção do público (2007, p.62).

simplificação da mídia, pois, ao despertarem o interesse do público, permitem a explicação de conceitos e conhecimentos que, para ele, seriam difíceis de obter através de uma linguagem científica.

Esse processo de simplificação é uma das operações características do jornalismo, seja comercial ou aquele realizado nas mídias legislativas aqui analisadas. Além da simplicidade, Robert Entman (2005) identifica a brevidade, a previsibilidade e a simultaneidade como as atuais características do jornalismo, determinadas essencialmente pela competição entre as empresas. Para o autor, tais características acabam desvirtuando a atividade jornalística da função de fiscalização do governo, porque a simples competição econômica atrapalha a diversidade de fontes e, conseqüentemente, de perspectivas sociais, essenciais para que a mídia possa cumprir esse papel (Entman, 2005, p.44).

Entman afirma que o atual sistema de mídia não encoraja o verdadeiro controle público, mas apenas a “retórica da moda” (Entman, 2005, p.20), uma vez que os atores políticos são estimulados a agir de acordo com os valores jornalísticos e não para o alcance das políticas públicas necessárias, aspecto também mencionado por Cook (2005) e Tresch (2009). Além das fontes interessadas nos resultados da disputa política, o jornalismo comercial, segundo Entman, não consegue seguir as condições básicas para o controle social dos governos. Entre essas condições estão a contextualização histórica dos fatos relatados, a diversidade de perspectivas e as conexões explícitas entre os fatos e as autoridades responsáveis.

Numa perspectiva resumida, a lógica discursiva da mídia, caracterizada por técnicas de contar histórias que incluem simplificação, polarização, intensificação, personalização, visualização e estereotipização (Strömbäck, 2008, p.233), opõe-se a uma lógica política, que inclui o processo de distribuição de poder e os processos de tomada de decisões. Dessa forma, a lógica midiática corresponde a um modelo de mercado, enquanto a lógica política corresponde ao modelo da esfera pública (Strömbäck, 2008, p.234). Ou, como ressalta Motta, o jornalismo político utiliza o enquadramento lúdico-dramático (narrativo) dos fatos porque esse enquadramento facilita a tarefa de relatar a complexidade do mundo, com rápida compreensão pelo público (Motta, 2010, p.137).

A linguagem jornalística, por ser um tipo específico de estrutura narrativa, tende a enfatizar o conflito entre diferentes personagens. Ao analisarem

o início da cobertura radiofônica do Parlamento Britânico na década de 1970, Blumler e Gurevitch destacam que a ênfase dada pelos jornalistas à entrevista com o Primeiro Ministro mostrava, mais do que a possibilidade de controle social da instituição, uma escolha por um fato com suficiente dramaticidade e teatralidade, que gerava conflito e excitação e que colocava os líderes partidários em permanente confronto (Blumler e Gurevitch, 1986, p.86). Algumas situações vividas pela pesquisadora durante o trabalho nos veículos exemplificam a questão, que permanece atual na realidade brasileira, conforme analisa Motta (2010). Vejamos como essas questões são abordadas pelos profissionais das mídias legislativas.

Articulação conflitual da narrativa

Para os jornalistas da mídia legislativa, a linguagem usada pelos veículos é uma questão sobre a qual não há acordo. Para alguns repórteres da Imprensa Escrita⁵, “precisamos repensar o que queremos com a cobertura”. Um deles destacou, em reunião com os editores realizada em 2007, que “a responsabilidade é muito maior do que a dos outros veículos da mídia comercial. Muitas vezes optamos por dar um termo errado porque a imprensa está dando assim”, afirmou. Duas editoras da Agência presentes na reunião, contudo, discordaram do argumento afirmando que “as matérias estão muito herméticas, muitas vezes não dá para entender”. Mas o repórter prosseguiu em sua afirmação de que “preferimos o texto claro ao correto, quando deveríamos preferir o correto ao claro, uma vez que somos a informação primária”.

O argumento tem sua parte de razão, uma vez que a Agência Câmara é fonte de informação primária para entidades e grupos sociais e para o restante da mídia comercial brasileira, mas a linguagem das mídias legislativas é problemática, exatamente porque não é nada popular. Aliás, muito pelo contrário, as mídias da Câmara exibem uma linguagem árida e bastante complexa para alguém com pouca escolaridade compreender. Contudo, a questão levantada pelo repórter permanece: como falar para o povo, sem errar, de assuntos como a CPI das Escutas Telefônicas ou o Orçamento Federal? Mesmo as ten-

5. Nos veículos da Câmara, o jornal impresso e a agência de notícias digital compõem o que os profissionais denominam de Imprensa Escrita. Apesar de terem equipes de edição próprias, os dois veículos utilizam os mesmos profissionais para a reportagem.

tativas de simplificação usadas pela equipe resultam em textos complicados, pelo simples motivo de que tratam de assuntos complexos.

Uma dificuldade a mais para repórteres e editores é a impossibilidade de usar trocadilhos, ou expressões coloquiais, exatamente porque não se está falando da vida cotidiana dos ouvintes ou leitores, mas do rito, do ritual, do processo legislativo, de uma instituição que tem regras próprias e uma linguagem própria também. Como veículos “oficiais” do Parlamento, não cabe às mídias legislativas a linguagem coloquial que outros órgãos de imprensa usam, especialmente para descrever as ações legislativas.

Segundo os próprios jornalistas da Câmara, os objetivos dos veículos legislativos são, exatamente, levar ao público um conhecimento completo e mais aprofundado sobre o Parlamento. Para isso, porém, eles afirmam que não basta “simplesmente dar voz aos deputados”, pois isso “não informa o que realmente está acontecendo na Câmara”. Alguns defendem maior aproximação com as comissões permanentes da Casa, com a busca de fontes dentro delas, por meio de repórteres setorizados.

Um exemplo prático de como os critérios de noticiabilidade clássicos provocam dificuldades na atuação dos jornalistas da Câmara foi a situação vivenciada pela pesquisadora durante o trabalho na Rádio Câmara, em novembro de 2008. A pauta era polêmica, já levantada por boa parte da mídia comercial brasileira, em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 471/05, chamada de PEC dos Cartórios⁶. Entrevistei um dos deputados que apresentou voto contrário ao texto na comissão especial, mas como suas sugestões haviam sido incorporadas pelo relator, ele disse ser favorável ao projeto da forma como foi aprovado na comissão. O relator disse que aprovou as modificações e se disse favorável a elas. Entrevistamos, ainda, o presidente de uma associação dos cartórios, que também disse ser favorável aos termos do projeto aprovado pela comissão. Desse modo, não consegui nenhuma fonte que reforçasse a polêmica com opinião contrária ao texto aprovado. Avisei à pauteira, mas ela deixou para decisão dos editores, já que não havíamos encontrado as pessoas contrárias.

6. O comentário da mídia era que a PEC era um “trem da alegria”, porque dava o direito de exploração do negócio para os tabeliães que já estavam à frente dos cartórios de 1988, quando a Constituição foi promulgada, até 1994, data de aprovação da lei que regulou o assunto e que passou a exigir concurso público para administração dos cartórios.

Durante a tarde, o editor mandou e-mail dizendo que a matéria ficara ruim porque não mostrara a polêmica. Eu argumentei dizendo que todos aqueles que ouvimos eram favoráveis. Ele disse que, nesse caso, seria melhor não fazer a matéria e esperar que aparecesse alguém contrário. Depois, enviou um e-mail da coordenação com uma matéria de outro veículo que dizia que o líder do governo era contrário ao projeto. Eu havia ouvido as declarações do líder em questão naquele dia e ele não dissera que era contra, apenas que ia estudar a matéria com os líderes. Mesmo assim, disse que era sensível ao pleito dos donos dos cartórios. A recomendação final, depois da troca de mensagens e algumas conversas posteriores, foi não fazer nenhuma matéria em que não houvesse polêmica, isto é, que não incluísse fontes com posições contrárias sobre o assunto.

Já em 2009, quando atuava na TV Câmara, deveria fazer uma pauta sobre um projeto que exigia merenda especial nas escolas públicas para alunos portadores de diabetes, hipertensão e outras doenças crônicas. Ao preparar a pauta, liguei para a assessoria da comissão onde a matéria havia sido votada. O secretário da comissão ficou muito surpreso quando perguntei se algum dos deputados havia se manifestado contrariamente ao assunto durante a votação. “Por que vocês precisam de alguém contrário?”, questionou. Eu fiquei sem ação por alguns segundos e acabei respondendo: “Porque nós sempre precisamos de alguém contra e alguém a favor”. “Mas, em matérias como essa, é difícil que um deputado, mesmo que seja contrário à proposta, se manifeste publicamente contra algo que é bom para a educação”, comentou, ao afirmar que nenhum deputado havia mencionado nenhum argumento contra a proposta. Ele, efetivamente, tinha razão. A matéria saiu com algumas ponderações sobre a razoabilidade prática da proposta, já que não havia críticas ao seu mérito.

As duas situações vividas pela pesquisadora exemplificam a importância que o conflito assume como estruturador da narrativa jornalística, ainda que nem sempre esteja presente nas situações “reais” do cotidiano. Em outras palavras, cabe ao jornalista adaptar a realidade política complexa e multifacetada a um roteiro pré-determinado maniqueísta e simplificado.

O factual na mídia legislativa

Alguns repórteres da Escrita defendem que as notícias em tempo real, isto é, flashes publicados ainda durante os acontecimentos, sejam usadas apenas para noticiar “fatos”, jamais opiniões, como geralmente ocorre na cobertura de eventos como seminários e audiências públicas. Desse modo, as audiências mereceriam flashes apenas quando algo muito importante acontecesse. Para eles, o tempo real tem que ser usado com parcimônia, porque o excesso notícias tira a relevância daquilo que é importante, uma vez que tudo merece cobertura. Todos concordam que a decisão sobre o que deve ou não ser noticiado como tempo real deve ser do repórter, que está no local dos fatos. Deve haver, ainda, um fortalecimento da chefia de reportagem, para decidir em conjunto com o repórter o que deve ser noticiado, segundo os profissionais.

É interessante refletir sobre esses argumentos, afinal, muitos dos fatos que ocorrem na Câmara – se não todos – são ações puramente declarativas⁷. A maior parte do que é realizado no Parlamento é a discussão de caminhos divergentes para a condução política do País. A própria política é, em muitos casos, composta de ações declarativas, de discurso, mais do que de ações práticas. Em que medida, portanto, os veículos da Câmara poderão deixar de lado a repercussão e a divulgação de opiniões? Ao fazerem isso, não estarão deixando de cumprir o importante papel de dar visibilidade às diferentes representações da sociedade e permitir aos cidadãos que escolham de qual lado querem ficar? A enunciação das opiniões não é, por si só, uma parte considerável do jogo político? A formulação de opiniões e, conseqüentemente, a

7. Charaudeau faz uma distinção interessante entre o “fato relatado” – fatos e ações dos atores sociais - e o “dito relatado” – declarações e reações verbais dos atores –, afirmando que ambos estão incluídos na atividade de “relatar” essencial para a comunicação midiática (Charaudeau, 2007, p.150). É interessante lembrar o conceito de “enunciado performativo”, desenvolvido na Teoria dos Atos de Fala do inglês John L. Austin (1911-1960). Austin entendia a linguagem como uma forma de ação e o enunciado performativo como aquele que não descreve, não relata, nem constata nada, e, portanto, não se submete ao critério de verificabilidade (não é falso nem verdadeiro). Mais precisamente, é o enunciado que, proferido na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na forma afirmativa e na voz ativa, realiza uma ação (o verbo inglês *to perform* significa realizar), tal como batizar, condenar, perdoar, abrir uma sessão, etc. Dizer “Declaro aberta a sessão” não é informar sobre a abertura da sessão, é abrir a sessão. No sentido da teoria de Austin, falar á agir, isto é, qualquer declaração, por si só, já é uma ação. AUSTIN, John L. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.

formulação de políticas não é a base da representação que é expressa pelo Parlamento? Além disso, do ponto de vista do cidadão, não é importante saber que opiniões tem o representante de seu sindicato, da sua categoria profissional, da sua igreja, do seu estado, ou da organização que trata de determinado problema em discussão na Câmara? Não importa ao eleitor saber o que pensa o seu representante?

Poderia ser argumentado, sobre esse ponto, que não cabe aos veículos da Câmara veicular tais opiniões, mas às assessorias dos parlamentares e das entidades da sociedade civil. Mas o embate travado nas audiências públicas não é, exatamente, a oportunidade para o cidadão ter acesso aos principais argumentos que estão envolvidos? Além disso, não é a partir das posições expostas nas audiências que os parlamentares justificam suas posições e decisões referentes às políticas para o País? Como deixar de noticiar isso, então?

O caso de uma repórter da rádio que passou um tempo na Agência Câmara é exemplar. Ao cobrir um seminário internacional sobre educação, a profissional afirmou ter achado o assunto bastante interessante, mas admitiu que era completamente “frio”, ou seja, não tinha “gancho”, “não dava nenhum lide”⁸. Essas expressões do jargão jornalístico servem para indicar que os fatos observados pela repórter não traziam novidade, o que é classicamente o critério básico de uma notícia e parece nortear boa parte da edição da Agência Câmara.

Ao entregar a matéria, a repórter ouviu as reclamações do editor da Agência sobre a falta de lide da matéria. Ele disse que, ao invés de começar o texto com as declarações de um deputado, iria abrir com um dos palestrantes e perguntou à repórter qual dos dois citados era mais interessante. Ela respondeu que qualquer um dos dois podia abrir a matéria, mas que nenhum deles era um lide. Ou seja, disse que não fazia diferença abrir com um ou com o outro. O editor afirmou, então, que, por ele, derrubaria a matéria, porque não havia notícia ali. Disse depois que iria esperar a matéria da tarde, feita por outro repórter, para ver se surgia algo interessante e aí faria um link para a matéria dela. “Fiquei tão triste, fiquei achando que nem sabia mais escrever um lide”, comentou a jornalista. “Mas disse pra ele: eu não tenho como inventar um lide, foi isso que eles disseram. Na Rádio é bem mais tranquilo. Nessas

8. Lide é a forma aportuguesada do termo *lead*, usado na língua inglesa para descrever o primeiro parágrafo de um texto noticioso.

pautas frias, a gente sempre puxa para o deputado, para a Câmara, e aí está resolvido o lide”, observou. Aliás, isso serve também para o Jornal, que aproveitou a matéria dela como abertura de uma página usando a declaração do parlamentar no lide do texto.

Em outra reunião da equipe da Escrita, ainda em 2007, um dos repórteres expressou bem a angústia dos profissionais com a cobertura das audiências públicas. Segundo ele, às vezes é difícil achar o lide da matéria, pois as informações obtidas são opiniões ou dados que já foram divulgados há muito tempo. Na mesma reunião, os repórteres lembraram que informações sobre o clima de uma audiência – se havia público, se havia manifestantes contrários ou a favor, se houve tumulto ou discussão entre os próprios parlamentares – eram sumariamente cortadas do texto final e que, por isso, os repórteres nem se preocupavam mais com isso. “O clima não entra? Mas isso não é uma orientação da Agência, por que não entra?” questionou a própria Diretora da Agência, afirmando que levaria aos editores o questionamento. “Deve ter se criado uma cultura nisso, mas nunca houve essa orientação”, concluiu.

Um exemplo claro de como as opiniões são fatos jornalísticos nas mídias legislativas diz respeito à cobertura do processo eleitoral para a Presidência da própria Câmara. No dia da eleição para a Mesa Diretora, a maior parte do trabalho dos repórteres é passar flashes com as opiniões dos parlamentares sobre o processo, suas expectativas e avaliações dos eleitos, das eleições e da correlação de forças na Câmara.

Vários jornalistas da Câmara acreditam, aliás, que a superficialidade da cobertura é um problema ancorado no fato de que os relatos dos veículos legislativos são apenas factuais. Como ressalta um profissional da TV Câmara, citando os problemas que percebe na cobertura do Orçamento.

A gente trabalha muito no factual (...) Eu acho que o factual aqui é mais importante do que o que se considera política. Porque a TV comercial, a rádio comercial, o jornal comercial se preocupa muito com a picuinha, com o disse-me-disse, o que não conduz a coisa alguma. Vende jornal um deputado xingar o outro, enfiar a mão na cara do outro, isso é fotografia para aparecer no jornal, imagem para aparecer na televisão. Mas isso melhora em quê? Isso, do ponto de vista da informação, no sentido quase que filosófico da informação, serve a quem ou a quê? A nada. E a gente tem um factual tão forte aqui... Voltando à questão do orçamento, como é que os veículos comerciais cobrem orçamento? Cobrem quase que epidermicamente. E nós, de certa forma, não temos coragem de enfrentar o tema como

deveria. Acho que deveríamos cobrir mais. É a coisa mais importante do país. O legislativo existe para quê? Está lá, na Constituição: votar as leis, votar o orçamento e fiscalizar. A gente não consegue enfrentar o desafio de mostrar o orçamento, como ele toca a vida de cada pessoa e porque é importante prestar atenção nisso. A gente não tem coragem de parar e dizer: vamos ser criativos, sim! Para mostrar como é que é esse orçamento no dia-a-dia das pessoas. Vamos para a feira, vamos para dentro de supermercado, vamos para a rodoviária, para tentar exemplificar isso e mostrar como é que o dinheiro sai, qual é o percurso do dinheiro até chegar aqui. A gente não faz isso, esse exercício a gente não faz, a gente cobre aquela reunião que decidiu isso e aquilo (depoimento à pesquisadora).

Dizer que o “factual” é um problema para um relato jornalístico pode parecer uma contradição, já que, por definição, o jornalismo é a narrativa dos fatos importantes para uma comunidade. No caso dos veículos legislativos, contudo, isso parece ser uma questão importante, ressaltada em vários depoimentos e também nas observações empíricas sobre o trabalho.

Opinião de jornalista não entra

Apesar de boa parte do trabalho jornalístico das mídias legislativas consistir no relato das opiniões dos parlamentares, aos profissionais da Câmara não é permitido o exercício do jornalismo opinativo, largamente exercido pela mídia comercial. Ou seja, ao jornalista só é permitido relatar o que acontece no espaço público, sem comentar os fatos ou provocar o confronto de ideias a partir de seus próprios argumentos, segundo os termos usados por Charaudeau (2007). Isso, como já ressaltamos, dificulta o cumprimento da tarefa de informar em profundidade o público, já que nenhuma análise pode acompanhar o relato dos fatos e até mesmo as explicações ficam mais complexas, uma vez que não cabe ao jornalista avaliar o que está relatando.

Qualquer expressão que demonstre um juízo de valor é excluída ou substituída no texto, mesmo que tenha sido incluída apenas com um objetivo explicativo para o leitor, ouvinte ou telespectador. Mesmo na TV Câmara, veículo que, por definição, é mais informal que o jornal impresso ou mesmo o rádio, as expressões coloquiais não são utilizadas na produção diária pela equipe. Sem a possibilidade de comentar o que está vendo, torna-se muito mais difícil

para o jornalista sair da linguagem formal do Legislativo e explicar, com uma linguagem simples e coloquial, o que está acontecendo.

Obviamente, a interdição da opinião do jornalista está de acordo com uma perspectiva do jornalismo como um relato imparcial da realidade. Esse é, aliás, um dos maiores dilemas da equipe: o repórter está vendo o que está acontecendo, mas não pode reportar sob o seu próprio ponto de vista, porque isso pode contrariar as versões oficiais que os parlamentares querem reforçar. Ele precisa ater-se ao factual e às declarações oficiais das fontes, não há possibilidade nenhuma de interpretação da realidade pelo próprio repórter, é como se ele não estivesse lá. Novamente, parece estar operando uma perspectiva objetivista do jornalismo, como se a atividade humana de relatar o que foi visto ou ouvido não fosse possível na Câmara. Tudo para que não haja comprometimento político da equipe.

Afinal, como ressalta Bolton (1986), a notícia, geralmente, não é o maior problema dos políticos em relação ao jornalismo. A análise e a interpretação dos fatos é uma atividade que requer um posicionamento do jornalista e, portanto, é mais questionada pelos atores políticos. Ao mesmo tempo, o autor afirma que somente relatar o que aconteceu não é suficiente, pois, na maioria das vezes, a pergunta mais útil é por que aconteceu e, para respondê-la, o jornalista precisa analisar os fatos que relata (Bolton, 1986, p.103).

Na atividade de análise, muitas vezes o jornalista se utiliza de informações exclusivas de fontes que não querem aparecer ou comprometer suas posições. Para isso, o *off* é uma das ferramentas mais usadas⁹. Em reunião da equipe de Jornalismo da TV Câmara, em maio de 2010, o assunto novamente entrou em discussão. Alguns gestores esclareceram que não há uma proibição de comentários por parte dos repórteres, mas estes retrucaram que sem o uso do *off* é quase impossível fazer uma análise mais aprofundada da situação política. “Não pode ter análise ou comentário se eu não posso ter *off*”, resumiu uma repórter na ocasião. Para os gestores, contudo, é possível ao jornalista comentar usando as próprias declarações das fontes.

Uma situação vivenciada pela própria pesquisadora em janeiro de 2009 reflete a complexidade de uma cobertura de opinião que não pode ser opinativa ou mesmo interpretativa. Antes da eleição para a nova Mesa da Câmara,

9. Os jornalistas da Câmara não utilizam o *off*, isto é, informações prestadas por fontes que não querem ser identificadas. Todas as declarações noticiadas têm suas fontes citadas na matéria.

a equipe da Agência preparou uma série de matérias sobre o processo eleitoral. Uma delas, segundo a pauta passada à repórter-pesquisadora, era um relato das disputas pelos cargos que ocorriam naquele momento entre os partidos. Houve grande dificuldade na produção da matéria, porque o principal candidato à Presidência da Câmara, apoiado pelo governo e pelas duas maiores bancadas partidárias da Casa, não quis falar sobre o assunto. Ocorre que, na época, somente os candidatos com menores chances falavam em “disputa” pela Presidência. O discurso do candidato do governo e dos líderes da base governista dizia que o acordo feito entre as duas maiores bancadas da Câmara seria mantido e que o candidato oficial seria eleito com uma enorme folga, quase por aclamação.

Acabei fazendo a matéria sobre a situação política e, como havia previsto antes, deu confusão. Consegui falar com um candidato de um partido da base governista que acabou retirando a candidatura à Presidência nos últimos momentos, e tinha as sonoridades de entrevistas anteriores dos outros dois concorrentes, ambos também da base governista. O candidato oficial do governo não quis falar, mas conseguimos uma frase padrão com o assessor de imprensa dele e mais algumas informações de matérias já publicadas na imprensa comercial.

Mostrei a matéria para a chefe de reportagem, com quem já havia conversado sobre meu receio de fazer uma matéria com obviedades já divulgadas por toda a mídia comercial, mas sem que tivéssemos as declarações de deputados para suporte. Afinal, não podemos apresentar interpretações em nossas matérias, nem mesmo se elas forem de conhecimento do mundo mineral. Por conta disso, tive o maior cuidado para retirar da matéria todas as frases que pudessem causar uma interpretação dúbia, tudo que fosse possível de questionamento ou que não estivesse exato. Até comentei isso com o editor responsável quando ele me perguntou se eu tinha alguma sugestão de título. Disse que tinha tomado tanto cuidado em tentar ser objetiva, o mais “neutra” possível, que iria acabar estragando tudo se sugerisse um título. Ele concordou e riu.

Depois fiquei sabendo que uma das editoras da Agência havia sido contrária à publicação da matéria por esta não conter nenhuma novidade. A Diretora do órgão, no entanto, que também leu o texto antes de ele ir ao ar, achou que convinha dar alguma coisa sobre a eleição na Agência, uma vez que todos os jornais só falavam disso e nós apenas havíamos publicado coisas burocráticas sobre o pleito. De qualquer modo, o editor da noite também leu o texto e,

inclusive, formulou o título do destaque¹⁰, no qual colocou a possibilidade do segundo turno na eleição para Presidência. Depois de passar pelas mãos de uma repórter, uma chefe de reportagem e de quatro editores, a matéria foi publicada como destaque da Agência, já no início da noite.

Mais tarde, boa parte da equipe estava em um restaurante para uma confraternização, quando uma das editoras recebeu um telefonema da Diretora da Agência, que estava voltando para a Câmara para tirar do ar o destaque. Segundo relataram os colegas, o Diretor da Secom estava saindo da Câmara quando uma repórter de um jornal comercial passou por ele e comentou que “enfim estávamos fazendo jornalismo”. Surpreso com o comentário, ele voltou para sua sala a fim de ler a matéria da Agência. Nesse momento, começou a receber uma série de telefonemas de assessores e dos próprios deputados reclamando que havíamos dado muito destaque para um dos candidatos, que falamos pouco do representante oficial da base governista, que o título fazia parecer que estávamos torcendo por um segundo turno na eleição, que não podíamos dizer que os candidatos estavam esperando um segundo turno, pois só dois deles disseram isso.

Segundo o próprio editor responsável pela matéria, foram um intertítulo e o título da matéria os causadores da polêmica. “Foi o título que fez parecer que tomamos posição. Se tivéssemos mantido o outro título e não tivéssemos colocado no destaque, ia passar em branco”, comentou. No outro dia, conversei com a Diretora da Agência e com o próprio Diretor da Secom sobre a matéria. A própria Diretora afirmou ter concordado com as reclamações dos parlamentares, pois havia possibilidade daquela leitura que eles tinham feito. Também comentou que as reclamações eram normais, porque os assessores estavam muito atentos a tudo que sai nos veículos, uma vez que estávamos na véspera da eleição. O Diretor da Secom ressaltou que os “problemas” da matéria eram questões de edição: título, intertítulos, alguns detalhes de texto, não a matéria como um todo, considerada por todos como “correta”, do ponto de vista jornalístico.

É importante destacar que o caso exemplifica a opção dos próprios jornalistas em não assumirem quaisquer opiniões sobre o processo político, uma forma de resguardar a equipe de críticas e de evitar problemas com os depu-

10. O “destaque” é o título da matéria principal da Agência, equivalente a uma manchete de jornal, que entra também no Portal da Câmara na internet.

tados. Para muitos profissionais, contudo, isso não é apenas uma estratégia de defesa da equipe, mas o cumprimento de uma missão institucional. Para eles, não é papel das mídias legislativas o comentário.

E procuramos sempre evitar o favorecimento, a interpretação do fato. A interpretação do fato não é nossa, a interpretação do fato é do leitor, é do ouvinte, é do telespectador da TV Câmara. Nós levamos o fato ao público. Quem interpreta o fato, até para dizer se está certo, se está errado, se é uma vergonha, se não é, se é ótimo, se é péssimo, é o leitor, é quem está do outro lado, é quem está recebendo a informação. Não nos cabe julgamento de valor (depoimento à pesquisadora).

(...) a gente até faz análise, mas a gente faz análise colocando especialistas para falar sobre determinado tema, e sempre buscando o equilíbrio. Um que seja a favor e um que seja contra qualquer coisa. As nossas matérias jornalísticas não são analíticas, apesar de conterem análise, porque as pessoas fazem análise, e também porque a gente cobre audiências públicas, e nas audiências públicas têm posições de todos os lados que você imaginar. Então, a gente se cerca de muitos cuidados que garantem esse equilíbrio, mas impedem que a gente faça matérias muito analíticas e também matérias investigativas no sentido de denúncia, mesmo por que não é o objetivo do sistema de comunicação aqui. O objetivo desse sistema de comunicação é informar as pessoas a respeito de temas que estão sendo discutidos aqui na esfera do Legislativo (depoimento à pesquisadora).

O modelo seguido aqui parece ser o da C-SPAN, a emissora legislativa norte-americana que serviu de base para os estudos da equipe que implantou a TV Senado na década de 1990 e que foi seguida pela TV Câmara. Como afirma um dos criadores da rede norte-americana, a C-SPAN “não edita os eventos para torná-los mais interessantes”. Segundo o mesmo executivo, a rede cobre os eventos públicos simplesmente ligando as câmeras e deixando as pessoas assistirem ao que ocorre. “Eventos captados por inteiro, sem análise ou comentário” (Lamb, 1988, p. xvii)¹¹.

A intenção de credibilidade e isenção parecem claras, ainda que o diretor da C-SPAN não admita que o próprio fato de ligar uma câmera neste ou naquele ponto já configura parte da atividade de edição característica do jornalismo. Parece que os profissionais tentam passar uma impressão de “veiculação sem edição” que seja aceita pelo público como um retrato fiel da realidade. Nesse sentido, os regulamentos da Câmara e do Senado brasileiros

11. Tradução livre feita pela pesquisadora.

mantêm o mesmo objetivo ao definirem a prioridade de suas emissoras de rádio e tevê com a transmissão ao vivo, sem cortes, das sessões do Plenário ou das comissões.

Entretanto, alguns profissionais reconhecem que a impossibilidade de uma interpretação ou análise dos fatos pelos próprios jornalistas dos veículos legislativos diminui as chances de esclarecimento da população com as informações publicadas.

Um dos problemas é que dentro de uma cobertura tradicional de política uma coisa muito importante é o pano de fundo, a negociação que está sendo feita por trás. Acho que isso é uma coisa que aos poucos a gente está conseguindo fazer, mas bem lentamente. Saber que interesses estão ali por trás e poder traduzir isso também, o que está em jogo. Mas você nunca vai poder, como a mídia privada, escolher lados nessas questões, e isso prejudica um pouco o jornalismo político, que escolhe lados, defende visões, defende opiniões, não tem nenhuma proposta de isenção. E nem a gente tem, mas como a gente quer revestir de um caráter técnico sem escolher lado, você toma mais cuidado em fazer isso e aí acaba não prestando o serviço real, que é dizer o que aquilo está significando, tentar interpretar aquilo para pessoas que não estão com tudo na mão para interpretar aquilo. Os porquês de uma ou outra força política estarem atuando ali. Acho que isso é um desafio para gente, vai ser durante muito tempo, tomara que a gente consiga traduzir isso cada vez melhor, saber que forças políticas estão atuando, além da informação bruta de que tal partido, tal pessoa foi contrária ou a favor daquilo ali, tentar buscar mais informações para as pessoas possam saber o que está acontecendo (depoimento à pesquisadora).

Cabe mencionar, a esse respeito, o posicionamento de Douglas Arnold sobre a cobertura do Parlamento feita pelos jornais regionais nos Estados Unidos.

Esta cobertura opinativa foi, também, uma das mais informativas e valiosas. Por oferecer aos cidadãos uma interpretação das ações dos representantes, em vez de apenas uma representação superficial dos fatos, a cobertura de opinião pode ajudar os cidadãos a avaliarem a efetividade dos representantes para continuarem nos cargos que ocupam. Evidentemente, esta avaliação da cobertura opinativa pressupõe que os jornais ofereçam aos leitores um equilíbrio de opiniões e forneçam aos representantes oportunidades para responderem às críticas de suas ações (Arnold, 2004, p.66)¹².

12. Tradução livre da autora para: "This opinion coverage was also some of the most informative and valuable. By offering citizens an interpretation of representatives' actions, rather

A questão levantada pelo autor é que os artigos de opinião e as matérias analíticas, especialmente sobre a política, auxiliam os cidadãos a avaliarem as questões em debate e as ações dos deputados sobre elas, mesmo que concordem ou discordem dessas análises. Até porque, conforme identifica o autor nos Estados Unidos, a maioria dos cidadãos não sabe quais são os argumentos em disputa na maioria dos debates (Arnold, 2004, p.106), algo que, provavelmente, também ocorre no Brasil.

Considerações finais

Se há uma intenção educativa nas transmissões das emissoras legislativas, como afirmam muitos profissionais, deixar de noticiar os seminários ou audiências públicas porque eles não contém “informações factuais” pode ser contraproducente. Eles precisam ser noticiados pelo que são: eventos que servem para tomada de posição, ou para externalização dessas posições e marcação delas no campo político. A função principal desses relatos, portanto, não é jornalística, de pura informação, mas política, de formação de opinião e, algumas vezes, de disseminação de informações importantes que nem todos detêm na sociedade, ainda que não seja novidade para especialistas ou mesmo para os jornalistas acostumados com tais assuntos.

Talvez não seja possível adotar nas mídias legislativas, nesses casos, o critério simples do que é novidade e ainda não foi noticiado pela Agência Câmara ou pelo restante da mídia. Talvez seja necessário destacar aquilo que o Parlamento, ou os deputados, em última instância, consideram essencial em cada discussão, mesmo que isso não faça parte da agenda midiática e que não constitua, propriamente, uma novidade.

Como destacou um deputado na sessão que aprovou a criação da TV e da Rádio Câmara, em outubro de 1997, para que a sociedade possa “melhor entender o processo e ter maior compreensão dos fatos”, é necessário que haja um “sentido jornalístico” nos veículos da Câmara. Ao ressaltar que não gostaria de apoiar a criação de mídias puramente institucionais, como as que já

than just a dry rendition of facts, opinion coverage can help citizens evaluate representatives' fitness for continuing to hold elective office. Of course, this assessment of opinion coverage presupposes that newspapers offer readers a balance of opinions and provide representatives with opportunities to respond to criticisms of their actions”.

existiam no Senado, ele sugeriu que fosse “possível a introdução de comentários, a diferença entre matérias votadas, a apresentação de comparativos entre legislação anterior e a em votação”¹³. Ou seja, que fosse dada aos jornalistas a prerrogativa profissional da análise, da explicação e do comentário sobre os fatos relatados, algo que até hoje ainda não ocorreu.

O processo político de criação e estruturação das mídias legislativas no Brasil já completou 15 anos, desde a inauguração da TV Assembleia de Minas Gerais, em 1995. Mas as dificuldades para definição das práticas de produção informativa nesses veículos continuam. Seja pelo caráter particular da relação de trabalho dos profissionais que atuam nessas mídias, seja pelo fato de elas serem financiadas pelos próprios órgãos que se destinam a noticiar, os critérios tradicionais da produção jornalística parecem precisar de uma adaptação nesses veículos.

Apesar das resistências de profissionais e pesquisadores do Jornalismo, não acreditamos que tais dificuldades e adaptações identifiquem uma prática profissional somente de relações públicas ou comunicação institucional. Ainda que possamos adotar um conceito de jornalismo híbrido, tais relações constituem exemplos das mutações que sofre a prática jornalística nas sociedades contemporâneas. Especialmente aquelas em que a democracia representativa apresenta configurações próprias, não redutíveis a análises simplificadoras e simplistas.

Referências bibliográficas

- ALDÉ, Alessandra. *A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.
- ARNOLD, R. Douglas. *Congress, the Press, and Political Accountability*. New York: Russell Sage Foundation; Princeton: Princeton University Press, 2004.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.
- BARROS, Antonio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum; LEMOS, Cláudia Regina F. As mídias legislativas e a redefinição da noticiabi-

13. Diário da Câmara dos Deputados, quarta-feira, 8 de outubro de 1997. Página 31599.

lidade política no Brasil. *Em Questão* (UFRGS. Impresso), v. 14, p. 11-23, 2008.

- BERNARDES, Cristiane Brum. *Política, institucional ou pública?* Uma reflexão sobre a mídia legislativa da Câmara dos Deputados. 2010. [Tese] Doutorado em Ciência Política. Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)/ Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados. Brasília/DF.
- BLUMLER, Jay G.; GUREVITCH, Michael. Journalists' orientations to political institutions: the case of parliamentary broadcasting. In: GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham; SCHLESINGER, Philip. *Communicating Politics*. New York: Holmes & Meier: Leicester University Press, 1986. P. 67-92.
- BOLTON, Roger. The problems of making political television: a practitioner's perspective. In: GOLDING, Peter; MURDOCK, Graham; SCHLESINGER, Philip. *Communicating Politics*. New York: Holmes & Meier: Leicester University Press, 1986. P. 93-112.
- CHARAUDEAU, Patrick. *O discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.
- COOK, Timothy. *Governing with the news*. The news media as a political institution. (2ª ed.) Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- ENTMAN, Robert M. *Democracy without citizens*. Media and the decay of american politics. New York: Oxford University Press, 2005.
- HOYNES, William. *Public Television for Sale*. Media, the Market, and the Public Sphere. Boulder/Colorado: Westview Press, 1994.
- LAMB, Brian. *C-SPAN America's Town Hall*. Washington/DC: Acropolis Books, 1988.
- LIMA, Venício. *Mídia: teoria e política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova – Revista de Cultura e Política*. N.55-56, 2002. P.155-184.
- MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. O espírito do tempo – I. Neurose. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984.

- MOTTA, Luiz Gonzaga. Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. (orgs.) *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec, 2010. P.137-161.
- SANT'ANNA, Francisco. *Mídia das fontes*. O difusor do jornalismo corporativo. Brasília: Casa das Musas, 2008.
- STRÖMBÄCK, Jesper. Four phases of mediatization: an analysis of the mediatization of politics. In: *The International Journal of Press/ Politics*. N° 13, vol.3, 2008. P.228-246.
- TRESCH, Anke. Politicians in the Media: Determinants of Legislators' Presence and Prominence in Swiss Newspapers. *The international Journal of Press/Politics*. London: Sage, 2009. Volume 14, January 2009. P.67-90.